

O FINGIR HISTORIOGRÁFICO: A ESCRITA DA HISTÓRIA ENTRE A CIÊNCIA E A FICÇÃO

Warley Alves Gomes¹
Mestrando em História na
Universidade Federal de Minas Gerais.
Bolsista CAPES.
E-mail: warleyalvesgomes@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar a produção historiográfica pensando seus diálogos com a ciência e a ficção. Para tanto, analisaremos não só a teoria do campo historiográfico, mas também do próprio campo do ficcional, na tentativa de estabelecer um diálogo mais amplo que o de costume entre estas duas esferas da cultura, sem, no entanto, dissolver uma na outra. Em um último momento, veremos até que ponto a operação historiográfica está penetrada pelo campo do ficcional, quando apresentamos o conceito do *fingir historiográfico*.

Palavras-chave: historiografia, ciência, ficção.

ABSTRACT

The aim on this article is to broach historical Literature focused on its dialogues with both science and fiction, not only analyzing the theoretical field of History but also the fictional one, trying to establish a dialogue far wider than the common one on these two cultural fields, then no cultural field is melted into the another one. At the last moment of the analysis it will be possible to see how historical operation will have the fictional speech on its core – when it was showed the *historical pretending* concept.

Keywords: historiography, science, fiction.

1. INTRODUÇÃO.

O objetivo deste texto é pensar as relações entre a História e a Ficção no debate da historiografia contemporânea. Também buscaremos analisar a partir de novos pontos de contato entre estas duas esferas do conhecimento, na tentativa de escapar não só de uma perspectiva cientificista, que busca resgatar o passado em seus mínimos detalhes, mas também de uma perspectiva cética e relativista, que expropria da História qualquer probabilidade de veracidade.

¹ Gostaria de agradecer a ajuda de Breno Mendes e Rafael Cota, que contribuíram revisando o texto e discutindo algumas idéias que estão aqui.

Consideramos que, embora o debate das relações entre a História e o ficcional já tenham avançado bastante, e que muitos preconceitos tenham sido derrubados, ainda há muito o que se discutir sobre os contatos – e distanciamentos – entre estas duas formas de compreender o mundo, e que, sem dúvida, ainda há diversos outros preconceitos, principalmente no que toca ao ponto do ficcional, a serem combatidos.

A partir dos pontos levantados acima, nosso artigo propõe uma investigação epistemológica não só no que perpassa a constituição do campo historiográfico, mas também uma investigação através do ficcional, de forma a buscar evidenciar as características próprias deste campo, poucas vezes expostos em textos historiográficos.

Começamos nosso artigo mostrando que o debate entre o discurso histórico e o poético não é algo específico de nossa época, mas antes remete à Antiguidade.¹ A partir das confrontações observadas por Aristóteles, podemos notar uma distinção entre as duas esferas: a poética era superior à história devido ao fato de referir-se ao geral, ao universal, enquanto a história se limitava ao particular, ao não-repetível.

Talvez esta preocupação seja fruto da própria proximidade entre estes campos, daí a necessidade de separá-los para melhor compreendê-los. Não devemos nos esquecer que as *Histórias* de Heródoto vem de uma busca por distinguir seu relato daqueles narrados na *Odisséia* de Homero, e que embora diferenças notáveis possam ser observadas, muitas semelhanças também podem ser vistas, como a relação com o mítico, o não questionamento dos deuses e etc. Nem mesmo Tucídides, que busca construir seu relato em função do que “observa e ouve”, ou seja, do relato de testemunhas, não consegue desvincular-se completamente das propriedades discursivas presentes no texto Homérico.

Mas seria um erro, e um evidente anacronismo, transpor as propriedades da poética aristotélica e da história narrada por Heródoto e Tucídides para os dias atuais. Embora voltaremos mais tarde à Aristóteles, deixemos por hora o grego em paz. Os campos da história e da ficção se desenvolveram de forma diferente na Idade Moderna e Contemporânea, e estabeleceram propriedades bastante distintas umas das outras, ainda que seu cruzamento pudesse ser notado diversas vezes. Este ponto ficará mais claro com o desenrolar do texto.

¹ Não queremos com isso, dizer que tais conceitos eram compreendidos pelos antigos da mesma forma como os compreendemos hoje, mas sim, mostrar que sempre existiu um ponto e tensão entre o discurso histórico e o discurso poético, que desembocaria depois no campo do ficcional.

2. A HISTÓRIA.

Vamos optar aqui por uma exposição não-linear dos debates em torno da complicada relação entre a História e o ficcional. O motivo principal desta escolha é o fato de acreditarmos que ao se começar a partir do debate contemporâneo acerca do tema – particularmente a partir dos apontamentos de Hayden White – podemos deixar mais explícita a importância da discussão e esclarecer a necessidade de buscar no passado a forma como foi construída esta relação. Não obstante, já iniciamos nosso texto mostrando que a discussão não é própria de nossos dias, ainda que ela possa – e deva – ser constantemente re-elaborada.

Nossa discussão se insere em meio às atuais discussões sobre o conhecimento histórico. Nesta parte, iremos abordar as teorias pós-modernas que vêm buscando construir um conhecimento historiográfico a partir de um ponto de vista diferente dos abordados até então. Aqui nos centraremos mais na análise de dois teóricos: Hayden White e Ankersmit. Buscaremos evidenciar os principais pontos presentes nos argumentos destes autores, para depois verificarmos quais corroboram para a tese do “fingir historiográfico” e quais não são adequados a ela.

O texto de Hayden White *O texto histórico como artefato literário*, publicado na década de 1970, teve uma grande repercussão desde sua época e segue incomodando até hoje os historiadores mais tradicionais. White apresentou diversos pontos de diálogo entre a narrativa histórica e a literária, questionando o status científico da historiografia. Ainda no início do texto, o autor lança mão das seguintes perguntas: qual é a estrutura de uma consciência histórica? Qual é o status epistemológico das explicações históricas, comparadas com outros tipos de explicações que poderiam se oferecer para dar conta dos materiais que os historiadores tratam geralmente? Que autoridade podem demandar os relatos históricos, como contribuições a um conhecimento certo da realidade em geral e das ciências humanas em particular? (WHITE, 2003, p.108).

Como podemos ver, os questionamentos de White tocam de maneira profunda na constituição do campo historiográfico, buscando lançar nova luz a velhos temas trabalhados pelos historiadores. A aproximação que White faz da história com a literatura é muito clara em algumas passagens do texto, sendo que muitas vezes ele

quase chega a dizer que praticamente não existem diferenças discerníveis. Como podemos ver neste trecho, segundo White os historiadores:

(...) en general han sido reticentes a considerar las narrativas históricas lo que realmente son: ficciones verbales cuyos contenidos son tanto inventados como encontrados y cuyas formas tienen más en común con sus homólogas en la literatura que con las de las ciencias (WHITE, 2003, p.109).

White acredita parte dos efeitos dos relatos historiográficos é devido ao seu êxito em construir relatos a partir de crônicas, por meio de uma operação que ele chama de “trama”. Segundo o autor, nenhum conjunto de acontecimentos históricos pode constituir por si mesmo um relato, cabendo ao historiador construir este relato. Cabe ao historiador selecionar os fatos que vão ser narrados, os que serão enfatizados, a forma como o texto vai ser construído. Aqui, novamente White aproxima a história da literatura:

Los acontecimientos son incorporados en un relato mediante la supresión y subordinación de algunos de ellos y el énfasis en otros, la caracterización, la repetición de motivos, la variación del tono y el punto de vista, las estrategias descriptivas alternativas y similares; en suma, mediante todas las técnicas que normalmente esperaríamos encontrar en el tramado de una novela o una obra (WHITE, 2003, p.113).

Sendo assim, nenhum acontecimento apresenta *em si* um tipo de discurso – como irônico ou trágico – sendo que este só pode ser concebido a partir de um ponto de vista particular ou dentro de um determinado contexto. Cabe ao historiador configurar os acontecimentos que descreve dentro de uma determinada estrutura de trama.

Embora os argumentos de Hayden White privilegiem o papel do autor, os leitores não são totalmente desconsiderados por este. Ainda que a liberdade do escritor seja grande, este comparte com seus leitores de algumas noções gerais das formas que as situações humanas devem adquirir devido a sua participação nos processos de dotação de sentido que o identificam como parte de certo legado cultural. O fato de o historiador compartilhar com seu público de certas visões de mundo é o que possibilita os mesmos acontecimentos serem narrados de diferentes maneiras, através de diferentes representações.

Ao aproximar a história da literatura White rechaça seu estatuto científico. A história não apresentaria nem o mesmo rigor, nem as leis encontradas na ciência. Mesmo no que toca aos documentos, estes não são menos obscuros que os textos escritos pelo historiador se tentamos alcançar uma objetividade no “descobrimento” do passado. Novamente, qualquer tentativa de buscar algo concreto e acessível em relação

ao passado tal com foi se torna um fracasso. Cada trabalho de história se configura apenas como uma interpretação. White afirma:

La relación entre el pasado que se va a analizar y los trabajos históricos generados por el examen de los documentos es paradójica; cuanto más conocemos sobre el pasado, más difícil resulta hacer generalizaciones acerca de él. (WHITE, 2003, p. 122).

Concluindo nossa apresentação dos argumentos de Hayden White, devemos ressaltar a questão da linguagem para o teórico. Assim, as técnicas da linguagem figurativa são as que permitem ao historiador imputar significados a seus dados, tornando o estranho familiar, e o que antes era misterioso compreensível. Desta forma, as narrativas históricas, consideradas como artefatos verbais, seriam caracterizadas pelo modo de discurso figurativo no qual são apresentadas (WHITE, 2003, p.130-131). White, ao final de seu artigo, estabelece a relação entre a ficção de maneira positiva, sendo uma maneira de fugir de pretensões ideológicas por parte dos historiadores que buscam retratar o passado como “realmente aconteceu”.

Outro teórico que refuta o caráter científico da história é F.R. Ankersmit. Este autor se posiciona claramente a favor das teorias pós-modernas em seu artigo *Historiografia e pós-modernismo* (ANKERSMIT, 2001). Ankersmit inicia seu texto colocando a questão da superprodução atual no campo historiográfico. Tal superprodução coloca os historiadores diante de uma situação tão complexa que pontos que eram centrais nas antigas formas de perceber a historiografia são colocados em xeque, como é o caso da autoridade das obras clássicas. Segundo Ankersmit, antes era necessário ir diretamente às obras clássicas e ler pouquíssimos estudos sobre ela para estar situado na discussão sobre aquela obra. Em nossos dias, porém, isso não é mais possível, pois nos vemos diante de uma série de interpretações sobre um mesmo tema, sendo que consultar todas as obras seria uma análise praticamente impossível. Em meio de uma série de interpretações, a obra clássica – podemos pensar, por exemplo, nas obras de Maquiavel e Hobbes – tornam-se apenas uma interpretação entre várias outras.

Esta superprodução também nos colocaria diante de outra questão fundamental: a perda de um elo com o passado. Assim como White, Ankersmit refuta a possibilidade de se chegar de alguma maneira a um passado *de fato*. Os métodos de uma pesquisa histórica também seriam definidos e impossíveis de serem estabelecidos de maneira rigorosa. O autor também rechaça a possibilidade de uma utilidade para a história, se

tomada em um sentido pragmático. Ao afirmar isto, Ankersmit, assim como White, aproxima a história da literatura e das artes:

(...) não creio que a historiografia seja útil ou que ela tenha alguma desvantagem reconhecível. Não quero com isso dizer que ela é inútil, mas sim que o questionamento quanto à utilidade ou desvantagens da historiografia é impróprio – um “erro de categoria”, conforme a expressão de Ryle. A História e a consciência histórica pertencem, junto com a poesia, literatura e pintura entre outros, à cultura, e não se pode fazer perguntas significativas quanto à utilidade da cultura (ANKERSMIT, 2001, p.115-116).

Segundo Ankersmit, em uma época na qual a informação é abundante, a informação passa a ser a própria realidade, e a realidade sobre a qual a informação versa torna-se pano de fundo.

Situando a história no campo da informação, Ankersmit defende o pós-modernismo, bem como a separação entre informação e ciência. No entanto, não apresenta uma visão negativa da ciência, como alguns podem entender, mas antes, apresenta a visão do pós-modernismo como “acientífica” ao invés de “anticientífica”. A historiografia partiria então da desconstrução e não de uma relação de causa-efeito. Outra vez citando Ankersmit:

A racionalidade científica não é aufgehoben de uma forma hegeliana em relação a uma outra coisa, nem é verdade dizer que toda forma de visão evoca automaticamente a sua antítese; antes, é o reconhecimento que todo ponto de vista tem, além de seu interior cientificamente aprovado, um exterior que não é percebido pela ciência (ANKERSMIT, 2001, p.119).

Ainda dissertando sobre a ciência, o autor afirma que ela forma o produto, o ponto de partida para suas reflexões. Aponta que o interesse dos pós-modernistas não se centra na questão de como os pesquisadores se relacionam, nem como a sociedade se relaciona com a ciência, mas sim como a ciência e sua informação funcionam.

Como Hayden White, Ankersmit também se referiu à questão da linguagem. O autor não vê uma distinção, na atualidade, entre linguagem e realidade, sendo que a própria linguagem científica contribui para a construção da realidade. O teórico toma a historiografia como um exemplo para esta relação, situando o pensamento de Hayden White e Ricoeur (não considerando este pós-modernista) no que toca à forma de ver o passado como um texto formulado em língua estrangeira, que compartilha as mesmas dimensões léxicas, gramaticais e semântica de outros textos (ANKERSMIT, 2001). Outro ponto no qual Ankersmit está de acordo com Hayden White é em relação aos “estilos” presentes nos textos históricos. O estilo de escrita antes era deixado em segundo plano, pois não acrescentava nada de verdade à pesquisa histórica, ou seja, o que importava era

o conteúdo, os fatos descritos. Segundo Ankersmit, esta diferença entre estilo e conteúdo já não é mais importante, pois se vários historiadores falam sobre um mesmo tema, o que difere são os elementos textuais contidos, a forma como o relato se constrói. Ankersmit afirma que, ainda quando é possível fazer uma distinção entre estilo e conteúdo, o primeiro deveria ser considerado mais importante que o segundo, pois dado o ato de que os pontos de vista em história serem incomensuráveis, resta aos leitores concentrarem-se no estilo apresentado.

Por fim, Ankersmit também aproxima a história da literatura, observando a “opacidade” contida em ambos tipos de textos. Tal opacidade permitiria atrair a atenção para o texto em si, e não para uma realidade fictícia ou histórica por trás do texto. A historiografia, devido à relação entre o olhar historiográfico e a linguagem usada pelo historiador para expressá-lo, apresentaria a mesma opacidade que a observada na arte (ANKERSMIT, 2001, p.123).

Como podemos perceber, a tese de White é polêmica, e como tal, levou os historiadores a debater intensamente a epistemologia do conhecimento histórico. Concordando ou não com Hayden White, seria uma negligência não ressaltarmos a importância e a contribuição de seu texto para o conhecimento historiográfico atual, assim como sua forte repercussão a partir dos anos 70.

A crise da modernidade se tornou mais aguçada com as teorias pós-modernas. Passou-se a valorizar a fragmentação, as discontinuidades, os sentimentos reprimidos pela racionalidade. A lógica totalizante e objetiva da modernidade é contestada pelas capacidades de relativismo, as leis da ciência pelo acaso. O movimento pós-moderno que se inicia na arte (ROUANET, 2005) logo alcança as ciências humanas, ganhando muita importância após o livro de Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna*. Segundo Lyotard (LYOTARD, 2009) a modernidade, marcada pelas meta-narrativas (socialismo, iluminismo, positivismo, comunismo) que prometiam uma sociedade evoluída, marcada pelo progresso, perdeu toda sua credibilidade. Viveríamos então um tempo no qual os Estados Nacionais perderam sua importância frente às grandes empresas multinacionais, e as meta-narrativas seriam substituídas pelos diversos discursos fragmentados em disputa que conformam a realidade.

É diante deste contexto que se encontram as teorias de Hayden White e Ankersmit. Nelas encontramos a valorização do texto, do discurso e das representações frente à objetividade científica. Já que não se pode chegar à verdade, o que importa no

discurso historiográfico é a forma de se narrar os eventos e não os eventos em si. O conhecimento histórico mergulha em um extremo relativismo no qual o real não é mais que uma referência distante. Os paradigmas historiográficos descritos até aqui são colocados em xeque por estes importantes teóricos.

Não obstante a credibilidade alcançada por estes teóricos, seus argumentos não passaram sem contestação por importantes pesquisadores e filósofos. Um deles, bastante conhecido atualmente, é o italiano Carlo Ginzburg. Ginzburg (GINZBURG, 2002) em um texto no qual procura refutar os argumentos relativistas de White, compara a História com um processo jurídico. Segundo o autor, o texto histórico se diferenciava do texto literário devido a um compromisso com a verdade, com uma construção baseada a partir da articulação entre a retórica – os argumentos apresentados pelo historiador – e as provas – os documentos, os testemunhos consultados, já presentes no tratado de Aristóteles sobre a *Retórica*. O texto ficcional é construído embasado em uma liberdade poética, e não apresenta nenhuma necessidade de se voltar às provas e às testemunhas. Apesar do conservadorismo das teorias de Ginzburg, baseado em sua refutação do ficcional presente no texto histórico, o argumento do autor é válido para percebermos a *intenção* manifesta em um texto historiográfico: a de chegar à verdade de um passado, mesmo que esta seja inalcançável.

Outro importante historiador para nosso trabalho é Michel de Certeau, que em seu texto *A operação historiográfica*, buscou refletir sobre o lugar a partir do qual o historiador produz seu conhecimento — pensando assim as relações sociais e institucionais explícitas e implícitas pelas quais perpassa a produção do conhecimento histórico —, o público para o qual o historiador se dirige, bem como a articulação entre a documentação e a escrita do texto histórico (DE CERTEAU, 2006). Para Certeau, a história apresenta um caráter científico devido a verificabilidade de seus resultados — que está vinculada à questão das fontes —, ainda que seja impossível uma reconstituição plena do passado. A escrita, no conhecimento histórico, permitiria uma combinação entre uma semantização e a seleção (que já teria início logo na separação entre o presente e o passado). Podemos dizer que a escrita permite ordenar uma inteligibilidade aos fatos e à documentação que, a princípio, estariam desordenados na pesquisa.

Jacques Le Goff também procurou defender a cientificidade da história, ao mesmo tempo em que procurou incorporar algumas críticas de White. Para Le Goff, o *contar* em história tem um caráter pedagógico, que expressa a necessidade em história de expor o

como antes do *porquê*. O contar aí adquiriria um aspecto preliminar na operação historiográfica, ainda que tenha surgido após um longo trabalho prévio (a pesquisa nas fontes). Le Goff resume a tese de White em três pontos principais que seriam:

1. Não há diferença fundamental entre história e filosofia da história.
2. A explicação histórica viria mais de questões morais ou estéticas que propriamente filosóficas.
3. A reivindicação de cientificidade da história será apenas um disfarce de uma preferência por esta ou aquela modalidade de conceitualização histórica.

Após expor os pontos de White, Le Goff segue em sua defesa da cientificidade histórica. Segundo o historiador:

Parece-me que estas relações se exprimem antes de mais nada historicamente e que, onde Hayden White vê uma espécie de natureza intrínseca, há a situação histórica de uma disciplina; podemos dizer, em resumo, que a história, intimamente misturada até o fim do século XIX com a arte e a filosofia, se esforça (o que consegue parcialmente) por se tornar mais específica, técnica e científica e menos literária e filosófica (LE GOFF, 2010, p.38).

A análise de Le Goff também abrange as idéias de Paul Veyne sobre a narrativa histórica. Para Veyne a história seria como um conto, caracterizado por acontecimentos verdadeiros. No velho debate entre particularidade e generalidade, a narrativa histórica buscaria reencontrar nos fatos particulares uma generalidade. Assemelhando-se a um romance, ela seria feita de intrigas (Le Goff, 2010, p.39). Buscando responder as colocações de Veyne, Le Goff levanta um argumento do qual concordamos plenamente; apesar do argumento de Paul Veyne ser muito interessante, por estabelecer um elo entre o singular e o geral, a tentativa de aproximar a história de um romance é perigosa por fazer crer que cabe ao historiador a mesma liberdade poética que um romancista tem.

Em relação ao texto de Le Goff, é importante ressaltar que apesar de defender a história como ciência, o historiador não deixa de descartar a importância da imaginação para o ofício historiográfico. Para ele há duas espécies de imaginação as quais um historiador pode recorrer: uma é a que consiste na possibilidade de animar o que se encontra morto nos documentos, sendo que isto permite mostrar e explicar as ações humanas. A outra imaginação seria a imaginação científica, que se manifestaria pelo poder de abstração. Mais uma vez citamos Le Goff:

Nada aqui distingue, nem deve distinguir, o historiador dos outros homens de ciência. Ele deve trabalhar nos seus documentos com a mesma imaginação que

o matemático nos seus cálculos ou o físico e o químico nas suas experiências (LE GOFF, 2010, p.40).

Embora Le Goff aproxime a história das ciências naturais em alguns momentos, em outros ele a distancia. É o caso, por exemplo, de quando ele nega à história a presença de leis como as que são estabelecidas nas ciências naturais. É o caso também, quando defende o fato de que a produção historiográfica não necessitaria do mesmo tecnicismo das ciências naturais, o que facilita sua compreensão por um maior número de pessoas. A história seria então uma ciência mais acessível ao público que as demais ciências, principalmente na contemporaneidade, com a presença de diversos meios de divulgação do conhecimento (LE GOFF, 2010, p.50).

Concluindo, podemos pensar que as teorias de Certeau, Ginzburg e Le Goff, apesar de incorporarem alguns aspectos da teoria de White, procuram responder a ela de maneira crítica, e de certa forma indo em sentido contrário. Ginzburg coloca a questão da prova no discurso historiográfico, diferenciando-o veementemente da ficção, que apresenta liberdade poética, Certeau apresenta as várias etapas do método historiográfico, sendo a escrita – que White e Ankersmit tanto valorizam – apenas uma parte da operação historiográfica, dando ênfase também para a pesquisa de arquivos, o questionamento de testemunhas. Se White aproxima a história da literatura, Certeau, na parte inicial de seu texto, praticamente não se refere à história de maneira separada das outras ciências, mostrando como todas as ciências – inclusive a história – estão ligadas às suas respectivas comunidades científicas, aos seus pares. Por fim, Le Goff também é bastante explícito em sua defesa da cientificidade na pesquisa histórica, discernindo as especificidades desta em relação às ciências naturais. Nesta primeira parte expomos os argumentos destes autores. Mais à frente, vamos fazer algumas considerações a alguns argumentos levantados por estes autores, quando formos discutir o que chamamos de “fingir historiográfico”, vendo até que ponto esta idéia permite esclarecer ou contestar as questões levantadas nesta parte inicial. Antes, porém, será necessária uma análise do ficcional em si.

3. O FICCIONAL.

O primeiro ponto para esclarecermos a idéia do ficcional é expor, desde já, fronteiras entre o ficcional e a literatura. Isto se faz necessário devido ao fato de que

muitos historiadores e estudiosos de outros campos das ciências humanas ainda utilizam dos dois conceitos como se fossem sinônimos. Não obstante, sabemos que estas fronteiras não são imóveis, mas antes apresentam uma grande permeabilidade entre si. Os textos literários são, com certeza, o meio pelo qual as ficções são mais conhecidas, principalmente nas culturas ocidentais modernas, marcadas pela proeminência da escrita sobre a cultura oral.¹

Embora não sejam excludentes, a ficção se manifesta em muitos outros meios que não os livros de romances e nas poesias, encontrando seu lugar em filmes, no teatro, óperas, balés e mesmo na música (isto fica mais evidente, por exemplo, em canções de grupos de rock progressivo, como é o caso de bandas como Jethro Tull, Pink Floyd ou Rick Wakeman, cujos discos costumam apresentar uma importante carga conceitual ou mesmo uma história contada, com início meio e fim). Em um outro plano a literatura pode ser vista em campos bastante diferentes do ficcional, e muitas vezes difíceis de serem classificados. Como aponta Luiz Costa Lima, a literatura se constitui a partir de um campo híbrido, de difícil definição, no qual diversos discursos se cruzam (COSTA LIMA, 2006). Apesar disto, pode-se perceber na forma de estrutura textual, nas propriedades apresentadas no texto, na forma como a informação é difundida – invariavelmente a escrita – características comuns entre estes discursos. Lima chama a atenção para a diferença entre a ficção e a literatura ao colocar-nos diante da difícil tarefa de classificar textos como os livros de auto-ajuda, os Best-sellers focados na vida de grandes artistas ou políticos, nas biografias de grandes personagens, nas cartas e etc. Como colocar estas formas textuais no campo do ficcional?

Para entendermos melhor as funções e especificidades do ficcional, vamos recorrer às teorias de Luiz Costa Lima, estudioso do campo literário, mas que recentemente vêm refletindo sobre a historiografia. É importante pensar que suas contribuições se dão devido ao fato de refletir sobre a historiografia através de uma defesa do ficcional.

Segundo Lima, a tradição ocidental é caracterizada por uma rejeição ao ficcional, tido muitas vezes por “falso” (COSTA LIMA, 2007). Tal rejeição é resultado de uma valorização da verdade, e mesmo de um fetiche documental por parte dos estudiosos.

¹ A partir do século XVIII os romances se constituíram como o principal gênero literário na Europa, o que fortaleceu consideravelmente a aproximação entre a ficção e a literatura.

Mesmo nos momentos em que a ficção é valorizada, isso ocorre devido à capacidade da obra de ser observada ou como um meio “moralizador”, ou um recurso para fins políticos – como, por exemplo, em momentos de formação ou reafirmação de identidades nacionais –, ou quando apresenta um importante valor documental. Para chegar a esta conclusão Lima realiza uma busca histórica sobre o percurso do ficcional no entendimento do ocidente.

Para Lima, o surgimento do ficcional está bastante ligado ao aumento da presença da subjetividade, a partir do século XIV. Até então, o enorme poder exercido pela Igreja Católica estabelecia a verdade como imanente à palavra escrita, sendo que Deus se inscrevia nas palavras. Temos que pensar que a Bíblia era a principal referência – e exemplo – de livro. As obras consideradas “hereges” não podiam ser lidas, e eram tidas como mentira, engodo do demônio. A subjetividade permitiu então uma dispersão discursiva, dado que a Bíblia deixou de ser a única fonte da verdade (COSTA LIMA, 2007).

Desde que esta separação ocorre, e o fictício passa a definir-se, este logo começa a ser perseguido em nome de dois tipos de discurso: um secular, documentalista, e outro religioso. Ambos se voltavam contra o fictício, apontando-o como falso, e julgando sua escrita “aformosada” imprópria para a divulgação de conhecimentos considerados “sérios”. Isto se dá devido à notabilidade do poder observado no subjetivo, que se manifesta de forma mais explícita nas obras fictícias. Assim, construções narrativas como os romances de cavalaria seriam fortemente perseguidos, acusados de corromperem a moral, e constituírem-se como “mau-exemplo” para os homens. A “boa” palavra seria então a bíblica, a divina, permitida pela Igreja, ou então os discursos historiográficos, bons servidores da aristocracia e da nobreza.

Mas o fictício e o ficcional, embora sejam próximos, para Luiz Costa Lima não são a mesma coisa. Aqui o teórico lança mão de uma diferenciação bastante rica para os que se preocupam com o estudo da ficção moderna. Esta só nasceria com o romance de Miguel de Cervantes, o *Don Quijote de La Mancha*. Para Lima, o fictício seria uma construção ingênua, marcada pela fantasia, uma narrativa que se apóia em uma ilusão indiscriminada em relação à verdade. No fictício, o cotidiano e o imaginário ainda se confundem. Já o ficcional se mostra mais complexo, mantendo uma posição distante, e mesmo irônica do cotidiano. O ficcional não é uma simples imitação do real, mas antes se

coloca de maneira crítica em relação às “verdades” estabelecidas. Segundo as palavras do próprio Lima:

Contra a ingenuidade suposta pelo fictício, alimentando-se da ilusão indiscriminadora de seu território quanto ao da verdade, o ficcional moderno se alimenta da ironia, do distanciamento, da constituição de uma complexidade que, sem afastar o leitor comum, não se lhe entrega como uma forma de ilusionismo (COSTA LIMA, 2007 p.268).

Assim, para Lima, o *Quijote* seria a obra representativa do nascimento da ficção moderna por se constituir em uma dupla negação: negação da fantasia indiscriminadora e negação da intocabilidade do cotidiano. Esta dupla negação pode ser percebida pela consciência do autor na construção de seu texto, ao deixar explícita a forma como opera com os elementos tanto da escrita, quanto do cotidiano. No *Quijote*, Cervantes zomba dos romances de cavalaria através de sua personagem principal, Don Quijote de La Mancha, que não consegue distinguir entre os eventos perceptíveis e suas fantasias.¹ Mas Cervantes não zomba apenas da fantasia. Ele faz o mesmo com aqueles que se apegam à realidade, e também aos valores e normas do cotidiano de sua época. O romance de Cervantes manifesta-se também como uma crítica às principais instituições de seu tempo, tais como a Igreja, a nobreza, a justiça medieval, e mesmo aos hábitos e costumes populares.

Na narrativa de Don Quijote suas histórias constituem-se como diversos trechos de cronistas manchegos reunidos por Cide Hamete Benengeli, um historiador árabe. Nota-se então, uma sátira quanto aos que se ocupariam da “verdade”, dos relatos tidos como “confiáveis” pela nobreza e pela aristocracia espanhola. Evidente que a simulação feita por Cervantes – que brinca com a própria autoria da obra – apresenta uma genial percepção do lugar do qual fala o ficcional, de sua notável capacidade ilusória, de seu poder de lidar com o cotidiano, ao mesmo tempo que dele se afasta (COSTA LIMA, 2007).

Mas já que foi esclarecida a diferença entre o fictício e o ficcional, podemos pensar melhor a relação do ficcional com o cotidiano. Seria o ficcional constituído apenas pela negação deste cotidiano? É o mesmo Luiz Costa Lima que afirma que esta relação é bem mais complexa. Aqui, antes de continuarmos com o teórico brasileiro, é importante apresentarmos as idéias de Wolfgang Iser sobre a teoria do ficcional.

¹ É necessário ressaltar que os antigos romances de cavalaria apresentavam a mesma falta de distinção, própria da fantasia, o que tornava às vezes difícil a percepção do que era realidade ou imaginação.

Iser busca substituir a dicotomia realidade/ficção pela tríade “real – fictício¹ – imaginário”. A construção da ficção estaria vinculada ao ato de fingir, ou seja, o ficcional na medida em que repete uma parcela da realidade, sem se esgotar em sua apresentação, dela se apropria para transgredi-la. Através do fictício também perpassa um imaginário que se relaciona com esta realidade. O imaginário, para Iser, seria a princípio difuso, informe, fluido e sem objeto de referência². No fictício, a partir do ato de fingir, o imaginário ganha uma determinação que, a princípio, não lhe cabe, adquirindo assim um atributo de realidade, visto que o imaginário se apresenta agora delimitado. Sendo assim o ato de fingir seria uma dupla transgressão: a irrealização do real – irrealiza a ação, desautomatizando-a de sua função convencional, indicando reflexões e múltiplas possibilidades – e realização do imaginário – determina a este uma aparência de realidade, ele se materializa em um suporte, organiza-se em um princípio, meio e fim.

A partir da exposição dos argumentos de Iser, Lima coloca a seguinte pergunta: visto que o ficcional converte o imaginário em uma aparência da realidade, sendo que esta já foi transgredida, a que realidade o ficcional reconduziria senão a um mundo alternativo? Lima propõe a articulação da ficção com a mimesis para responder a esta pergunta. A mimesis, conceito formulado por Aristóteles, ao longo da história ocidental teve duas significações: ela foi *imitatio* e representação. Como *imitatio* significava apenas imitação, remetendo ao falso. Como representação ela pode adquirir uma maior relevância, articulada com base nas semelhanças e diferenças em relação a outro, pelo qual ela se cumpre. A mimesis acolhe, seleciona e transforma os usos, valores e costumes de um determinado contexto histórico-social.

Através da articulação entre a ficção e a mimesis, a primeira pode se remeter ainda a certa concretude, a um mundo real, e não só à um mundo alternativo. Para Lima, a mimesis é responsável por estabelecer uma correspondência entre um estado de

¹ Embora os dois autores estejam debatendo os conceitos em épocas diferentes, parece que o conceito de fictício pensado por Wolfgang Iser é distinto do usado por Lima. Não existe aqui a preocupação em separar o fictício do ficcional, mas antes, parece que estes conceitos tem o mesmo significado. Para Iser, realidade e imaginário estariam articulados – e simultaneamente transgredidos – no fictício. Lima se utiliza das idéias de Iser articulando esse “fictício” à mimesis, o que possibilitaria a conexão do texto com os valores correntes no cotidiano.

² Cabe aqui uma análise crítica em relação à idéia de Iser sobre o imaginário. Embora sua teoria sobre o imaginário seja muito importante e bastante rica, não se deve esquecer que o imaginário também pode ser coletivo, como é o caso do imaginário social. Esta não é tão disperso quanto o descrito por Iser e possui uma forte articulação com o concreto. Também não podemos nos esquecer que o imaginário individual está fortemente ligado ao imaginário e às experiências coletivas.

mundo e uma configuração textual, e está presente na obra ficcional. Ela opera por uma semelhança lógica e não pictórica, o que acaba por se desdobrar em diferenças, ou seja, entre os meios expressivos com os quais um estado de mundo é manifestado (obra literária, filmes, pintura e etc.) e o objeto da mimesis (o que estas obras buscam representar) pode haver grandes diferenças, sendo que suas correspondências seriam estabelecidas por uma homologia funcional. O que conecta representação e objeto representado seria a função estabelecida por ambos e não uma simples representação pictórica tal qual o objeto.

Através dos argumentos apresentados acima, podemos compreender que a relação entre a ficção, o real e o cotidiano é muito mais complexa do que uma simples “falsificação” do que nos é perceptível. A negação do cotidiano se dá através de um estrito entrelaçamento com ele, sendo que ao mesmo tempo que o nega e o desautomatiza, também estabelece vínculos, ultrapassa-o, e porque não, acaba reafirmando-o. Consideramos, neste caso, que afirmação e negação não se colocam como opostos, pois para que haja a negação e o entrelaçamento é preciso haver o reconhecimento do real. Só assim a ficção se estabelece de forma *consciente* frente ao cotidiano e ao imaginário.

Tomemos como exemplo o livro *O Vermelho e o Negro* de Stendhal. Neste romance podemos perceber facilmente o entrelaçamento entre estas três camadas: real, imaginário e cotidiano. Mas Stendhal não tem, em nenhum momento, a intenção de produzir uma obra historiográfica. Não obstante, *O Vermelho e o Negro* é considerado um dos primeiros romances históricos, colocando o leitor diante de variadas idéias e sensibilidades presentes na França pós-napoleônica. A estória narra a trajetória de Julien Sorel, oriundo de uma família de carpinteiros, mas cujo considerável grau de instrução – principalmente em assuntos religiosos – lhe permitiu a convivência entre os círculos sociais da alta burguesia de *Verrières* – uma cidade inventada pelo autor – e pela nobreza parisiense. Sorel, devido à sua grande perspicácia e inteligência, assim como à sua ambição, acaba conseguindo uma notável ascensão social – antes de falecer.

Não nos interessa tanto aqui, discutir os acasos e amores de Sorel. Devemos nos concentrar no que esta ficção pode nos proporcionar quanto às reflexões teóricas que propomos. Stendhal narra com ironia e crítica os hábitos e valores da sociedade francesa moderna. Vários destes valores considerados como positivos pela “boa” sociedade francesa do século XIX – como a nobreza, a etiqueta, a educação moral -, são aqui

colocados como mesquinhos, fúteis, vaidades. Sorel, em diversos pontos da obra, é apresentado como uma personagem caracterizada por uma grande profundidade reflexiva, contrastado – principalmente na segunda parte da obra, na qual ele vai à Paris – com o vazio da nobreza, com uma sociedade marcada pela aparência. Todas as condutas desta burguesia e desta nobreza são balizadas por um comportamento teatral, com uma preocupação com a imagem de si que vai ser apreendida pelo outro. Julien Sorel, mais do que esta profundidade apresentada, acaba representando também a característica máxima da própria modernidade: a Razão. Através de seu uso, Sorel arquiteta seus planos ambiciosos de ascensão, calcula suas probabilidades de ganho e perda em cada ação que conduz, se defende das possibilidades de se perder em amores e etc.

Sem dúvida, é no questionamento destas posições, pertencentes à burguesia e à nobreza, que encontramos o que Lima chama de negação e desautomatização do cotidiano. Todos os hábitos, crenças, valores presentes na alta sociedade, que no dia-a-dia são passadas despercebidas, e muitas vezes compreendidas como naturais, são aqui imbuídas de uma potente carga reflexiva, manifestada através do posicionamento irônico e denunciador de Stendhal. Assim, o autor convida o leitor a não só refletir sobre este cotidiano, mas também o nega, se colocando como contrário à ele. Mas ao mesmo tempo, ao construir esta representação crítica da França pós-napoleônica, Stendhal primeiro assume sua existência, reconhece nela os elementos presentes. Só assim seria possível sua posterior negação e denúncia.

Também é necessário ressaltar que encontramos o real e o imaginário bem articulados na obra. Stendhal entrelaça movimentos históricos reais – como a queda de Napoleão e o medo do jacobinismo – com personagens, situações, e mesmo locais que não existem – como é o caso de *Verrières*. Podemos aqui perceber melhor a representação mimética se desdobrando a partir da semelhança e da diferença frente ao real. Uma França que existe, misturada a um lugar imaginário, bem como personagens inventados sendo afetados por outros bastante reais – como é a relação de admiração de Julien para com seu ídolo, Napoleão Bonaparte. Assim, a obra de Stendhal irrealiza o real – Napoleão e a França após sua queda são ficcionalizados – e realiza o imaginário – através da passagem deste de um plano mental, pouco definido, para um plano material, com personagens e momentos bem definidos, uma narrativa com início, meio e fim. A

intencionalidade do ficcional na obra de Stendhal pode ser verificada no final do livro, em um epílogo:

O inconveniente do reino da opinião, que de resto traz a liberdade, é imiscuir-se no que não lhe diz respeito, por exemplo, na vida privada. Daí a tristeza da América e da Inglaterra. Para não tocar na vida privada, o autor inventou uma cidadezinha, Verrières, e, quando precisou de um bispo, de um júri, de um tribunal, situou tudo isso em Besançon, onde nunca esteve. (STENDHAL, 2010, p.616).

O escritor, ao construir seu romance, não deixou de lado as idéias e valores presentes na sociedade em que viveu, mas nem por isso confundiu sua obra com a realidade, soube – e brincou – com os limites entre a realidade e a ficção. Stendhal entendeu que a ficção nada tem a ver com o “falso”, mas que antes, pode falar a verdade de uma outra forma, mais sutil, mais velada, e não menos eficiente.

Infelizmente, posições como as de Stendhal não significaram o fim da discriminação do ficcional, e o final do século XIX e começo do século XX, com a valorização do paradigma científico, ancorado em grande parte pelo positivismo e pelo determinismo social, foi marcado por uma ficção com intenções fortemente científicas, como é o caso no Brasil, das obras de Aluísio Azevedo¹ e do grande clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões*.²

4. O FINGIR HISTORIOGRÁFICO? CRUZAMENTOS ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO.

Já pensamos a constituição do campo histórico e a especificidade do campo ficcional. Mas, mais do que esta explicação sobre estes campos do discurso, faz-se necessário pensar os pontos em comum entre elas. Saber até onde vai a História e até onde vai a ficção não nos impede de pensar no que uma contribui para a formação da outra. Para isto as contribuições de autores como Sandra Pesavento, Luiz Costa Lima, e Reinhart Koselleck são cruciais para nosso estudo.

Os estudos de Sandra Pesavento nos apresentam uma importante contribuição tanto para a epistemologia do conhecimento histórico, quanto para a questão do imaginário. Pesavento apresenta a história como uma ficção controlada. Ficção, enquanto construção ancorada em um imaginário — que para ela dialoga com o real —,

¹ Ver, por exemplo, *O Homem e O Cortiço*, que, não obstante serem ótimas obras, não escaparam da intenção de se mostrarem como obras de caráter científico.

² Para uma análise desta obra de Euclides da Cunha ver o livro de Luiz Costa Lima *História. Ficção. Literatura*. (LIMA, 2006).

sendo que o texto histórico não é de forma alguma o passado *em si*, mas uma versão elaborada sobre ele. O passado *tal como foi*, é inalcançável. Mas ficção *controlada*, pois o historiador está preso ao que encontrou em suas fontes, não pode inventar personagens ou situações (PESAVENTO, 2006). A autora considera que a ficção e o imaginário penetram no texto histórico preenchendo as lacunas que a pesquisa não consegue suprir (PESAVENTO, 2005). É importante ressaltar também que nos estudos de Pesavento a aproximação entre a História e a ficção não transforma uma em outra, pois a autora também se preocupa no uso da ficção como fonte histórica. Assim, para Pesavento, a literatura pode se constituir em uma importante fonte histórica, que dá acesso ao imaginário de uma época, às “imagens sensíveis do mundo” (PESAVENTO 2006), que fornece ao historiador “as sensibilidades e as formas de ver a realidade de um outro tempo” (PESAVENTO, 2006), e que também remete ao que poderia ter sido, exprimindo para o historiador um universo de possibilidades. Intrínseco a esta afirmação está a divisão aristotélica entre a poética e a História, sendo que a primeira nos apresenta as possibilidades, o que “poderia ter sido”, e a História nos apresenta “o que já se passou”.¹

Luiz Costa Lima - cujas idéias a respeito da ficção já lançamos mão em nosso texto -, também aproxima a História da ficção. Bastante próximo de Sandra Pesavento, o teórico do ficcional representa a relação ente ambas as áreas a partir da metáfora de uma bola de ferro. Em um olhar distanciado a História seria vista como uma bola de ferro, constituída pela “verdade” sobre o passado. Porém o expectador, ao se aproximar desta bola, poderia observar as inúmeras porosidades presentes em sua superfície. Estas porosidades representariam os espaços vazios preenchidos pelo ficcional no conhecimento histórico. Este campo, apesar das lamúrias do estudiosos mais ferrenhos ao positivismo e ao cientificismo, não estaria imune do imaginário.

Para Lima, tanto a História e a ficção constituem-se através da *mimesis*, visto serem representações construídas com base nos valores encontrados em um grupo ou sociedade específica. Porém, o processo de formação que as envolve é bastante diferente. A história apresenta-se como uma representação do passado — e busca-se aproximar dele o máximo possível —, além de diferir-se da ficção por apresentar um

¹ Não é nossa intenção aqui afirmar que as teorias sobre a História e a ficção defendidas pelos estudiosos de ambas as áreas atualmente são as mesmas desde Aristóteles. Muito pelo contrário, ao longo do texto vimos tentando mostrar que estas idéias mudaram consideravelmente, visto que os gregos tinham uma concepção de História e poética totalmente diferente da nossa. Mas, por outro lado, não podemos descartar, nem desconsiderar completamente, a penetração das teorias dos antigos no pensamento ocidental contemporâneo.

compromisso com a verdade. Aqui, Luiz Costa Lima busca se aproximar de Carlo Ginzburg, ao comparar a operação historiográfica a um processo jurídico, no qual o que ocorre é uma articulação entre provas — documentos — e retórica — a construção textual (GIZBURG, 2002). A ficção, diferentemente da história, é mais livre, possui licença poética (LIMA, 2006). Se, na primeira, o processo mimético se volta para a dessemelhança, no discurso historiográfico prevalece a semelhança.

Outro autor que atualmente vem ganhando relevância para os estudos sobre História e ficção é Paul Ricoeur. Ricoeur apresenta a relação da História com o passado através do conceito de *representância*. A palavra constitui-se a partir da idéia de uma representação construída com base na verossimilhança. Para a construção de suas idéias, o filósofo francês dialoga com vários autores, entre eles Hayden White e Michel de Certeau, cujas teorias já mencionamos aqui. Ricoeur sabe que o passado não pode ser resgatado tal como foi, mas acredita que a História pode constituir-se em uma narrativa confiável sobre os acontecimentos passados, e que, apresenta um compromisso com os mortos. Assim, devido a esse compromisso com o passado – e também para com os seus contemporâneos -, o historiador não teria a liberdade discursiva, ou seja não poderia narrar os fatos como bem entendesse, como defende White. Alguns eventos muito marcantes na memória, como o holocausto, não permitiriam ao historiador traçar uma narrativa cômica, ou mesmo irônica, sobre eles.

O último teórico com quem vamos trabalhar é Reinhart Koselleck. Já lançamos mão deste autor anteriormente neste texto, no que se referia à constituição do campo historiográfico na modernidade. Agora vamos utilizar suas teorias no que se refere ao cruzamento entre a História e a ficção. Segundo Koselleck a teoria do ficcional se constitui a partir do século XVIII, mesma época em que a teoria moderna historiográfica surge. O autor reflete também sobre a forma como História e ficção passam a depender uma da outra na constituição de seus campos. Segundo Koselleck, até o século XVIII o historiador deveria se ater apenas às ações e ocorrências, enquanto o poeta construiria sua obra a partir de uma verossimilhança interna, a partir da qual ele organizaria os acontecimentos e ações que apresenta (KOSELLECK, 2006).

Mas as mudanças que já relatamos aqui, decorridas principalmente a partir do Iluminismo, e que acaba se desembocando na constituição de uma nova sensibilidade temporal - que, naquele momento, passa a seguir rumo ao progresso -, colocam em evidência os pontos cruzados entre História e ficção. Assim, segundo Koselleck:

A partir do Iluminismo os historiadores estiveram expostos a este postulado aristotélico. Faz parte das novas experiências do século XVIII, quando a história foi levada a um novo conceito reflexivo, que também as paredes divisórias entre os campos do historiador e do poeta se tornassem osmoticamente permeáveis. Do poeta, sobretudo do romancista, passou-se a exigir que, se quisesse convencer e impressionar, ele deveria dar a palavra à realidade histórica. E vice-versa, exigiu-se do historiador que, por meio de teorias, hipóteses e fundamentações, ele tornasse sua história aceitável e plausível. Da mesma forma que o poeta, de sua história o historiador deveria extrair unidade e sentido (KOSELLECK, 2006, p. 248).

No que se refere a História, parece-nos muito claro que o texto histórico não se apresenta apenas como um acúmulo de dados e datas. Ele deve ter, além de inteligibilidade, sentido, que se apresentam a partir da narração. Para Koselleck, a ficção penetra no conhecimento histórico a partir do momento em que o passado é inalcançável e o intervalo temporal leva o historiador a fingir uma realidade histórica. Aqui, o pesquisador se apropria dos meios lingüísticos da ficção para apreender uma realidade passada.

Nos parece muito interessante o fato de Koselleck utilizar a palavra *fingir* para se referir à construção do conhecimento histórico sobre o passado. Sem dúvida, esta é uma constatação que ainda dói para os historiadores mais apegados à uma idéia muito rígida da História. Não se trata aqui de fazer um elogio à posições céticas como a de Hayden White, mas antes de constatar uma mudança no paradigma historiográfico: é necessário reconhecer a impotência de constituir o passado plenamente. É uma pena que Koselleck não tenha aprofundado no que seria esse “fingir” a partir do qual a história opera. Seu texto nos leva a entender que esse “fingir” está relacionado com o papel da imaginação na narrativa histórica, dada a impossibilidade da história em reconstituir o passado tal como foi.

Estes quatro autores – Sandra Pesavento, Paul Ricoeur, Luiz Costa Lima Koselleck – apresentam uma profundidade teórica, pois pensam a relação entre a história e a ficção para além das diferenças vistas por Ginzburg, Certeau e Le Goff, pensando em um possível cruzamento entre estas esferas. No entanto, discordam das teorias de White, principalmente no que toca à questão documental. Embora não questionem que o documento possua uma intencionalidade¹, não o descartam como *provas* para o texto historiográfico.

¹ Isso é notável em Le Goff em seu texto *Documento/monumento*.

Consideramos que seria um passo a mais na discussão da relação entre História e ficção pensar através do cruzamento entre as teorias de Lima e Koselleck. Diríamos sem pudor que a História *finje* um passado. Este ato de fingir, que Lima atribui à ficção, também ocorre na historiografia, mas de uma maneira diferenciada da ficção. Ao escrever e imaginar o passado, opera-se um processo de *mimesis*, que coloca o texto histórico em uma relação de semelhança e *diferença* frente aos eventos narrados. A primeira diferença, e sem dúvida a mais crucial, se dá pela simples impossibilidade de trazer o passado *materialmente* para o tempo presente. Outra notável diferença é a carga reflexiva colocada nos eventos narrados. A História é, antes de tudo, uma organização dos eventos passados, uma busca de dar inteligibilidade a eles. Narrar sobre este passado já é contar algo a mais sobre ele, algo que está além dele.

Ao mesmo tempo, encontramos em um texto histórico a irrealização do passado e também a realização do imaginário do historiador. Assim, a relação entre realidade e imaginário vai muito além da oposição entre história e ficção, e antes se manifesta em um cruzamento muito íntimo entre ambas as esferas, mas que ao mesmo tempo não retira delas suas respectivas autonomias.

Tomemos uma obra historiográfica para analisar mais detidamente o fingir historiográfico. Em seu livro *Zapata y la Revolución Mexicana*, John Womack Jr. Descreve a Revolução Mexicana a partir da trajetória do líder camponês Emiliano Zapata. O autor inicia a história contando a origem indígena de Zapata, buscando assim esclarecer o porque da permanência da tradição indígena na luta do exército camponês de Zapata, passa pelas várias etapas da fase bélica da Revolução, e no epílogo, mostra o que restou da herança zapatista após a morte de Zapata. Ao final do livro, Womack Jr. apresenta uma nota bibliográfica comentando os documentos que foram consultados para sua pesquisa, que evidentemente, foi muito séria e intensa. No entanto, este trabalho de coleta, seleção, constituição documental e semantização não está desvinculado da imaginação do autor. Já existe uma irrealização do real na medida em que Zapata não se encontra em nossa frente quando lemos o livro de Womack Jr. Além disso, é notável que o que existe na obra do autor é uma ressignificação do que foram os ideais da luta Zapatista e uma reflexão do significado da luta social do líder camponês que está além do que este poderia perceber em seu tempo. O significado de resistência que Womack atribui a Zapata só pode ser percebido da forma como ele o percebe quando a trajetória do líder camponês é colocada frente ao desenrolar da realidade mexicana durante o

século XX. A luta de Zapata foi significativa durante o momento em que o México se via em meio ao furacão revolucionário da década de 1910, mas ganha uma outra significação simbólica quando o Estado pós-revolucionário começa a construir suas mitologias para justificar o novo regime surgido no país. E por fim, a análise de Womack Jr. atribui uma outra significação a Zapata quando busca refletir sobre esta realidade mexicana e quando atribui uma grande carga reflexiva a ações que muitas vezes passaram despercebidas, ou tiveram outro sentido naquela época.¹

Pois bem, aí notamos uma irrealização do real, a imputação de reflexões, a ressignificação de ações. Por um outro lado também ocorre a realização do imaginário. É evidente que junto com as análises de Womack Jr. também notamos uma grande simpatia do autor para com a personalidade de Zapata. Junto com as ações que realmente ocorreram opera-se a imaginação que o autor tem dela e de seus agentes envolvidos. A forma como Womack Jr. vê Zapata provavelmente vai além do que Zapata realmente era e não nos revela senão apenas um lado do personagem, diga-se de passagem, bastante positivo. Poderíamos nos arriscar a dizer que a imagem de Zapata construída por Womack Jr. cruza-se bastante com uma imagem legendária do próprio, construída ao longo do século XX.² Também notamos que este imaginário se encontra realizado, pois está expresso em um suporte – o livro – e delimitado com um início, meio e fim, configurado no prólogo, nos capítulos e no epílogo do livro. A mimesis opera, realizando a história contada por Womack Jr. frente ao passado vivido por Zapata, e desdobrando-se em diferenças e semelhanças junto a esse. Podemos pensar o Zapata idealizado de Womack Jr. apresenta características do que foi Emiliano Zapata de fato, mas também é um Zapata idealizado, diferente daquele que realmente viveu e lutou, bem como sua luta social hoje apresenta um outro significado. É necessário enfatizar que enquanto a narrativa ficcional não apresenta nenhum problema em caminhar mais para o lado da *dessemelhança* frente ao real, a narrativa historiográfica deve-se caminhar necessariamente para o caminho da *semelhança* com o real.

¹ Podemos citar, como exemplo, a ocupação dos exércitos zapatistas e villistas ao palácio presidencial em 1914 e a análise feita por Womack Jr. sobre a foto tirada por Zapata próximo a Pancho Villa no mesmo palácio, na qual o autor observa no olhar de Zapata um certo desconforto em relação ao poder.

² É necessário esclarecer que a imagem de Zapata foi bastante denegrida pela imprensa mexicana, e mesmo mundial, até meados dos anos 30, quando foi resgatada e ressignificada durante o governo de Lázaro Cárdenas.

5. CONCLUSÃO.

A questão do fingir historiográfico nos parece bastante interessante para a análise de uma obra historiográfica. Ela apresenta a vantagem de poder esclarecer alguns pontos colocados por teóricos anteriores, além do fato de buscar pensar até que ponto, e como, a ficção penetra no conhecimento historiográfico. Vamos aqui brevemente colocar algumas questões em relação à algumas teorias que foram descritas aqui.

Em relação ao texto de Hayden White apontamos dois problemas: o autor não nota uma diferença entre ficção e literatura, o que fragiliza alguns de seus argumentos e o autor também leva o documento em pouca consideração para a pesquisa historiográfica. Em relação à questão do documento, não é o caso aqui de entrar nela: já foi bastante discutida ao longo do artigo. Já a confusão feita entre literatura e ficção, faz com que White considere possível a presença de modos de escrita próprios da literatura, mas nem sempre próprios de todos os tipos de ficção (novela é típico da literatura, mas não se encaixaria no cinema ou na literatura, assim como um épico dificilmente entraria em um epistolário), no discurso historiográfico.

Já o texto de Ankersmit, não apresenta o mesmo refinamento teórico de White, e muitas vezes parece mais uma propaganda do pós-modernismo do que um escrito teórico. Vemos com muito receio a idéia de não se pensar as relações estabelecidas entre os agentes dos campos da ciência ou da informação – campo no qual o autor coloca a história – já que estas relações são importantíssimas para a definição dos próprios campos em si. Outro problema é de querer atribuir a história uma característica “naturalmente” pós-moderna. Tal argumento deixa de lado a historicidade da própria história para imputar-lhe uma característica atemporal, que só pode ser observada a partir dos olhos de hoje, para Ankersmit, pós-modernos.

Os argumentos de Ginzburg, Certeau e Le Goff – este ainda apresenta um espaço maior para a imaginação – embora tenham esclarecido muito em relação aos métodos da pesquisa histórica, não pensaram na presença do ficcional no texto histórico. Sandra Pesavento, Luiz Costa Lima, Paul Ricoeur e Koselleck deram um passo adiante na discussão e pensaram o cruzamento entre as esferas do ficcional e do histórico.

A História, apesar de dialogar profundamente com a ficção, não deixa de ser uma prática científica, se considerarmos o que são as ciências humanas. Não opera pela mesma rigidez das ciências naturais – nas quais também seria interessante averiguar o

papel que o imaginário exerce sobre elas –, nem se sustenta por leis gerais, mas apresenta um objeto de estudo – as mudanças e permanências no tempo –, métodos de análise – o recorte de documentos, as pesquisas em arquivos, o questionamento de testemunhas, as perguntas lançadas ao documento e ao tema – e se baseia a partir de critérios de verificabilidade. Discordamos das interpretações de White e Ankersmit no que toca à questão da livre interpretação dos fatos pelo historiador. Este não pode dizer qualquer coisa sobre qualquer evento, mas antes, deve dizer algo em vista do que o documento lhe oferece como prova.

É preciso também não banalizar o conceito de representação, deslocando-o de qualquer princípio de realidade. A idéia de mimese trabalhada aqui mostra como as representações estão articuladas com a realidade vivida. Para aqueles que preferem se deter nas representações como mera abstração fica a crítica feita por Marx aos neo-hegelianos, expressa na *Ideologia Alemã*: a qualquer momento vamos começar a pensar que a Lei da Gravidade é uma mera representação e vamos estar pulando em direção ao abismo.

Devemos ficar atentos aos argumentos que atribuem a história um aspecto excessivamente artístico. Observamos pelo menos dois pontos perigosos em tal argumentação: o primeiro é a tentativa de atribuir à História um aspecto demasiado contemplativo – a História como arte não teria nenhum fim utilitário. Embora não tenhamos espaço suficiente para trabalhar melhor este ponto, podemos observar que esta posição ceticista da não-utilidade da História, em si, já se apresenta como útil para que as coisas continuem como estão, ou seja, para que aqueles que detêm o poder – econômico e/ou político – permaneçam explorando as classes menos favorecidas. A História possui uma força explicativa, esclarecedora, e mesmo mobilizadora, que nem sempre se manifesta em meios materiais, mas antes perpassa pelo campo das idéias, abre espaço para que novas perspectivas sejam vislumbradas por seus agentes – os homens. O segundo ponto que consideramos complicados, é que geralmente, tais argumentos, vem acompanhados de um entusiasmo pelo aspecto estético da escrita histórica, buscando na História um vislumbre vazio de uma forma de pensar que o próprio campo das artes já percebe impossível: o da arte pela arte.

Também gostaríamos de ressaltar que nossa idéia de “fingir” não apresenta nenhum sentido negativo que se refira a “mentir” ou “falsear”. Nosso “fingir”, como bem

demonstramos, veio de uma categoria da teoria do ficcional, exposta por Wolfgang Iser e Luiz Costa Lima, da qual apropriamos para a história.

Concluindo nosso texto, consideramos que a História apresenta estreitas relações com a ficção, principalmente no que toca à escrita histórica. Mas a operação historiográfica compreende um processo muito mais amplo que a escrita, estendendo-se desde as questões colocadas pelo historiador, a definição de um objeto de análise, e indo até a pesquisa em arquivos. Neste ponto, a História revela todo seu caráter científico. A questão-chave para o dilema entre a História e a ficção se ampara em todo um histórico de preconceitos e controle sofridos pelo imaginário. É necessário pensar que ele está presente em todas as esferas do conhecimento humano, e principalmente na ciência. Infelizmente ainda estamos muito presos em um paradigma positivista, que considera a presença do imaginário na ciência demasiado perigoso. Mas como pensar os modelos atômicos, a construção de instrumentos de laboratório, a teorização da ciência sem a presença do imaginário? Sem dúvida, não só a História, mas todas as ciências possuem em menor ou maior grau uma relação com o imaginário e o ficcional. Admitir isto é um primeiro passo para uma melhor compreensão de ambas as áreas.

Recebido em: 13/11/2011

Aceito em: 25/12/2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor e HORKEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.:1985.
- ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. In: *TOPOI*. Rio de Janeiro, mar. 2001, pp.113-135.
- COSTA LIMA, Luiz. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz.. Sociedade e discurso ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, L. (org). *Teoria da literatura em suas fontes*. vol. II, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- HABERMAS, Jurgen. Modernidade: um projeto inacabado. In ARANTES, Otília B.F. e ARANTES, Paulo Eduardo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas e duas conferências de Jurgen Habermas*. São Paulo, Brasiliense: 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : Contraponto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 11ª edição. São Paulo: Ed. José Olympio, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã : (I-Feuerbach)*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995, p.9-27.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, nº 06, abr. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em: 12/06/2010.

ROUANET, Sergio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-moderno. In *As razões do Iluminismo*. 2ª edição. São Paulo, Companhia das Letras: 2005.

STHENDAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo, Abril, 2010.

WHITE, Hayden. *El texto histórico como artefacto literário y otros escritos*. Ediciones Paidós. Barcelona, Buenos Aires, México.

WOMACK, John, Jr. *Zapata y la revolucion mexicana*. 4. ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1972.